STJ00110645

COLAPSO ATUAL E SOLUÇÕES ALTERNATIVAS

SISTEMA PRISIONAL

EDITORA IMPETUS

STJ00110645

© 2020, Editora Impetus Ltda.

Editora Impetus Ltda.
Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ
CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

CONSELHO EDITORIAL:
ANA PAULA CALDEIRA • BENJAMIN CESAR DE AZEVEDO COSTA
CELSO JORGE FERNANDES BELMIRO • ED LUIZ FERRARI • EUGÊNIO ROSA DE ARAÚJO
FÁBIO ZAMBITTE IBRAHIM • FERNANDA PONTES PIMENTEL
IZEQUIAS ESTEVAM DOS SANTOS • MARCELO LEONARDO TAVARES
RENATO MONTEIRO DE AQUINO • ROGÉRIO GRECO
VITOR MARCELO ARANHA AFONSO RODRIGUES • WILLIAM DOUGLAS

PROJETO GRÁFICO: EDITORA IMPETUS LTDA.
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: EDITORA IMPETUS LTDA.
CAPA: HASUM™ DESIGN GRÁFICO
PESQUISA: FLÁVIA DUARTE MANTIOLHE
REVISÃO DE PORTUGUÊS: C&TC CRIAÇÕES E TEXTOS LTDA.
IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO: EDITORA E GRÁFICA VOZES LTDA.

Data de fechamento da edição: 01/06/2020

G829c

Greco, Rogério.

Sistema Prisional: colapso atual e soluções alternativas / Rogério Greco. – 5ª ed. rev., ampl. e atual. – Niterói, RJ: Impetus, 2020.

404 p. ; 16 x 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-86044-11-9

1. Direitos humanos. 2. Prisões – Aspectos sociais. 3. Prisão (Direito penal) 4. Pena (Direito) 5. Penas alternativas. I. Título.

CDD: 341.48

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

A Editora Impetus informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

www.impetus.com.br

1177513

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Fundamentos e Limitações do *Ius Puniendi* 1

1.1. *Ius Puniendi*, Estado de Direito e Direitos Humanos 1

1.2. A importância da revolução francesa e sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão 6

1.3. A flexibilização do Conceito de Soberania 9

1.4. Teorias Fundamentadoras 11

1.5. A evolução dos direitos humanos 16

1.5.1. Direitos humanos pré-revolucionários 17

1.5.2. Direitos humanos de primeira geração (ou dimensão) 19

1.5.3. Direitos humanos de segunda geração (ou dimensão) 22

1.5.4. Direitos humanos de terceira e quarta geração (ou dimensão) 24

1.6. O Estado Constitucional e Democrático de Direito e os Direitos Fundamentais 25

1.7. Princípios do Estado Constitucional e Democrático de Direito 28

1.7.1. Princípio da legalidade 28

1.7.1.1. Princípio da legalidade em matéria penal 31

1.7.1.2. Funções do princípio da legalidade em matéria penal 32

1.7.1.3. Legalidade formal e legalidade material 36

1.7.1.4. Princípio da legalidade no âmbito penitenciário 38

1.7.2. Princípio da igualdade 39

1.7.3. O acesso à justiça (princípio da justicialidade) 43

1.7.3.1. A ideia de justiça penal 47

1.7.3.2. A justiça do tempo como pena 50

1.7.3.3. A vítima e o condenado: concepções antagônicas de justiça 54

1.7.4. O princípio de liberdade 56

1.8. A Dignidade da Pessoa como Princípio Fundamental do Direito Penal 61

1.8.1. A concepção normativa da dignidade da pessoa humana 66

1.8.2. A desobediência ao princípio da dignidade da pessoa humana pelo próprio Estado 67

1.8.3. A relativização do princípio da dignidade da pessoa humana 70

1.8.4. A mídia como uma das responsáveis por impedir a aplicação, no sistema prisional, do principio da dignidade da pessoa humana....72

1.9. Limitações do *Ius Puniendi* 74

Capítulo 2 – Origem e Evolução Histórica da Pena e da Prisão 83

2.1. Introdução 83

2.2. As Penas Aflitivas 88

2.3. A Pena de Morte 90

2.4. Antecedentes Históricos das Prisões 97

2.5. A Importâcia da Obra de Beccaria 105

2.6. John Howard e a Reforma Penitenciária 114

2.7. Jeremy Benthan e sua Influência no Sistema Penitenciário 117

2.8. Sistemas Penitenciários Clássicos 121

2.9. Vigiar e Punir: Um Grito de Alerta 128

2.10. Proteção das Pessoas Privadas de Liberdade 137

2.10.1. Normatização internacional 137

2.10.2. Proibição de tortura e das penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes 138

2.10.3. Do conceito internacional de tortura 141

2.10.4. Das penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes 147

2.10.5. Determinações internacionais aos Estados para que proíbam e impeçam as torturas, as penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes 153

2.10.6. Requisitos mínimos exigidos para os locais de privação da liberdade 155

2.10.7 Registro dos presos 161

Capítulo 3 – Problemas e Orientações Atuais da Pena de Privação de Liberdade e da Prisão 167

3.1. O Século XX e o Retrocesso das Prisões 167

3.1.1. O (mau) exemplo dos Estados Unidos 171

3.1.2. Modelos prisionais de sucesso e de fracasso 174

3.2. Princípios Fundamentais Reguladores da Privação da Liberdade 183

3.2.1. Prisão na fase investigativa (pré-processual) 183

3.2.2. Prisão na fase processual 190

3.2.3. Prisão na fase de execução da pena 194

3.3. Privação da Liberdade das Mulheres 200

3.4. Privação da Liberdade dos Jovens 208

3.5. Privação da Liberdade (Internação) em Virtude de Aplicação de Medida de Segurança 216

3.6. Progressão e regressão de regime 221

3.7. Uso de algemas 230

3.7.1. Utilização de algemas em adolescente infrator 233

3.8. Absolutismo *versus* Utilitarismo 233

3.9. Alguns Fatores que Exercem Influência sobre a Crise das Prisões 243

3.10. A Privatização das Prisões 248

3.10.1. Introdução 248

3.10.2. A crise carcerária e a privatização das prisões 249

Capítulo 4 – Alternativas à Privação de Liberdade 259

4.1. Necessidade de uma Atuação Complexa e Coordenada: Medidas de Política Estatal, Política Criminal e Política Penitenciária 259

4.1.1. Introdução 259

4.1.2. Soluções político-criminal, político-penitenciária e político-estatal 260

4.2. Implementação das Finalidades Sociais do Estado como Fator Inibidor da Prática de Infrações Penais 262

4.3. A Adoção do Minimalismo como Política de Correção do Sistema 268

4.3.1. Teoria do bem jurídico como fundamento da intervenção mínima 270

4.3.2. O critério de seleção dos bens jurídico-penais e a criação típica 273

4.3.3. Da natureza subsidiária do direito penal 280

4.3.4. Esquema minimalista piramidal 282

4.4. Mediação Penal e Justiça Restaurativa 289

4.4.1. Fases da mediação 293

4.4.2. Justiça restaurativa informal 296

4.4.3. Origem da justiça restaurativa 300

4.5. A Tecnologia como Instrumento a Serviço do Sistema Penal 304

4.5.1. Alternativas tecnológicas à privação da liberdade no sistema prisional 306

4.5.1.1. Monitoramento eletrônico 308

4.5.1.1.1. Tecnologias de controle de primeira, segunda e terceira geração 314

4.5.1.1.2. Monitoramento *versus* direito à intimidade 317

4.6. O Sistema de Penas Alternativas à Prisão 323

4.6.1. Fases de aplicação de medidas alternativas à prisão 327

4.6.2. Alternativas à pena de privação de liberdade 330

4.6.2.1. Penas restritivas de direitos no Código Penal brasileiro 330

4.6.2.1.1. Espécies de penas restritivas de direitos 330

4.6.2.1.2. Requisitos para a substituição 332
4.6.2.1.3. Duração das penas restritivas de direitos 334
4.6.2.1.4. Prestação pecuniária 335
4.6.2.1.5. Violência doméstica e familiar contra a mulher 336
4.6.2.1.6. Perda de bens e valores 337
4.6.2.1.7. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas 341
4.6.2.1.8. Interdição temporária de direitos 342
4.6.2.1.9. Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo 343
4.6.2.1.10. Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou de autorização do poder público 343
4.6.2.1.11. Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo 344
4.6.2.1.12. Proibição de frequentar determinados lugares 345
4.6.2.1.13. Limitação de fim de semana 345
4.6.2.2. A pena de multa 346
4.6.2.2.1. Introdução 346
4.6.2.2.2. Sistema de dias-multa 347
4.6.2.2.3. Pena de multa na Lei nº 11.343/2006 348
4.6.2.2.4. Aplicação da pena de multa 349
4.6.2.2.5. Pagamento da pena de multa 350
4.6.2.2.6. Execução da pena de multa 350
4.6.2.2.7. Competência para a execução da pena de multa 352
4.7. A Ressocialização do Condenado 353
4.7.1. A ressocialização do adolescente infrator 358

Capítulo 5 – Conclusão 361

Bibliografia 373